



# RELATÓRIO ANUAL 2020

 SICOOB COOPEMESP



COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO  
COOPEMESP  
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>		<b>27.210.917,48</b>	<b>26.357.029,60</b>
<b>Circulante</b>		<b>13.841.100,21</b>	<b>11.716.662,19</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>120.528,99</b>	<b>292.345,42</b>
Disponibilidades		36.398,79	39.025,45
Centralização Financeira - Cooperativas		84.130,20	253.319,97
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>5</b>	<b>9.344.133,69</b>	<b>6.076.326,05</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		9.344.133,69	6.076.326,05
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Relações Interfinanceiras		-	-
Repasse Interfinanceiros		-	-
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		-	-
Correspondente no País		-	-
<b>Relações Interdependências</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>4.236.527,92</b>	<b>5.190.954,12</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		4.346.758,31	5.272.587,16
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(121.745,55)	(99.325,19)
Financiamentos		12.285,97	17.969,53
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(770,81)	(277,38)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
Financiamentos Imobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento Imobiliário		-	-
Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Cedidas		-	-
Operações de Arrendamento Mercantil Cedidas		-	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>128.127,87</b>	<b>121.845,54</b>
Créditos por Avais e Fianças Honradas		2.925,31	18.196,11
Rendas a Receber		25.673,93	29.830,51
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Créditos Específicos		-	-
Diversos		16.673,81	6.748,18
Devedores por Depósitos em Garantia		600,00	600,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		83.783,61	79.027,74
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.528,79)	(12.557,00)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>11.781,74</b>	<b>35.191,06</b>
Outros Valores e Bens		-	-
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		-	-
Despesas Antecipadas		11.781,74	35.191,06
<b>Não Circulante</b>		<b>13.369.817,27</b>	<b>14.640.367,41</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>11.963.100,23</b>	<b>13.259.516,65</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Relações Interfinanceiras		-	-
Repasse Interfinanceiros		-	-
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		-	-
Correspondente no País		-	-



<b>Relações Interdependências</b>		-	-
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>11.963.100,23</b>	<b>13.259.516,65</b>
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		12.274.470,58	13.449.706,50
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(319.493,71)	(215.415,08)
Financiamentos		9.743,73	25.618,23
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.620,37)	(393,00)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
Financiamentos Imobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento Imobiliário		-	-
Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Cedidas		-	-
Operações de Arrendamento Mercantil Cedidas		-	-
<b>Outros Créditos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos por Avais e Fianças Honradas		-	-
Rendas a Receber		-	-
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Créditos Específicos		-	-
Operações Especiais		-	-
Diversos		-	-
Devedores por Depósitos em Garantia		-	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		-	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Outros Valores e Bens		-	-
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		-	-
Despesas Antecipadas		-	-
<b>Permanente</b>		<b>1.406.717,04</b>	<b>1.380.850,76</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>1.388.128,34</b>	<b>1.349.119,42</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.360.672,32	1.324.154,58
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		27.456,02	24.964,84
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		-	-
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		-	-
(-) Provisão para Perdas com Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Ágio na Aquisição de Investimentos		-	-
Outras Participações		-	-
Outros investimentos		-	-
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>17.185,18</b>	<b>29.595,46</b>
Imobilizado de Uso		285.261,87	285.261,87
Outras Imobilizações de Uso		-	-
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(268.076,69)	(255.666,41)
(-) Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado		-	-
<b>Diferido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Ativos Diferidos		-	-
(-) Amortização Acumulada do Diferido		-	-
<b>Intangível</b>		<b>1.403,52</b>	<b>2.135,88</b>
Ativos Intangíveis		23.665,25	23.665,25
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(22.261,73)	(21.529,37)
(-) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis		-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>27.210.917,48</b>	<b>26.357.029,60</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>10.318.528,59</b>	<b>9.514.915,30</b>
<b>Circulante</b>		<b>10.318.459,18</b>	<b>9.514.870,68</b>
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>9.673.762,05</b>	<b>8.651.855,49</b>
Depósitos à Vista		2.313.632,21	2.151.277,34
Depósitos Interfinanceiros		-	-
Depósitos Sob Aviso		-	-
Depósitos à Prazo		7.360.129,84	6.500.578,15
Outros Depósitos		-	-

<b>Obrigações por Operações Compromissadas</b>		-	-
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>		-	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		-	-
Obrigações Por Emissão De Letras Financeiras		-	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		-	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		-	-
Obrigações Junto a Partic. De Sist. De Liquiq.		-	-
Repasse Interfinanceiros		-	-
Relações com Correspondentes		-	-
Centralização Financeira - Cooperativas		-	-
<b>Relações Interdependências</b>		-	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	-
Transferências Internas De Recursos		-	-
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>		-	<b>300.634,24</b>
Empréstimos No País - Instituicoes Oficiais		-	-
Empréstimos No País - Outras Instituicoes		-	300.634,24
Empréstimos No Exterior		-	-
Obrigações Por Repasses		-	-
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		-	-
<b>Outras Obrigações</b>	<b>12</b>	<b>644.697,13</b>	<b>562.380,95</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		22,70	41,51
Sociais e Estatutárias		350.010,63	275.393,14
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		55.850,38	55.070,84
Diversas		238.813,42	231.875,46
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		-	-
<b>Não Circulante</b>		<b>69,41</b>	<b>44,62</b>
<b>Depósitos</b>		-	-
Depósitos Sob Aviso		-	-
Depósitos à Prazo		-	-
Outros Depósitos		-	-
<b>Obrigações por Operações Compromissadas</b>		-	-
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>		-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		-	-
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		-	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>		-	-
Obrigações Junto a Partic. De Sist. De Liquiq.		-	-
Repasse Interfinanceiros		-	-
Relações com Correspondentes		-	-
Centralização Financeira - Cooperativas		-	-
<b>Relações Interdependências</b>		-	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	-
Transferências Internas de Recursos		-	-
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>		-	-
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		-	-
Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-
Empréstimos no Exterior		-	-
Obrigações Por Repasses		-	-
<b>Outras Obrigações</b>		<b>69,41</b>	<b>44,62</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		-	-
Sociais e Estatutárias		-	-
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		-	-
Diversas		69,41	44,62

<b>Receita de Exercício Futuros</b>		-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.892.388,89</b>	<b>16.842.114,30</b>
<b>Capital Social</b>	<b>14</b>	<b>16.065.826,38</b>	<b>15.973.532,33</b>
De Domiciliados No País		16.067.024,38	15.979.382,64
(-) Capital A Realizar		(1.198,00)	(5.850,31)
<b>Reserva de Capital</b>		-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		-	-
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>14.b</b>	<b>742.784,12</b>	<b>732.927,84</b>
<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	<b>14.c</b>	<b>83.778,39</b>	<b>135.654,13</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>27.210.917,48</b>	<b>26.357.029,60</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO  
COOPEMESP  
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Ingresso/Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>1.735.808,68</b>	<b>3.596.522,79</b>	<b>2.175.655,48</b>	<b>4.388.611,28</b>
Operações de Crédito	17	1.647.787,48	3.378.715,15	2.039.283,24	4.158.466,47
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	-	-
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		88.021,20	217.807,64	124.339,58	211.750,77
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	12.032,66	18.394,04
<b>Dispêndio da Intermediação Financeira</b>	<b>18</b>	<b>(221.194,53)</b>	<b>(406.089,28)</b>	<b>(251.092,06)</b>	<b>(552.562,63)</b>
Operações de Captação no Mercado		(71.378,75)	(186.594,33)	(169.022,33)	(351.200,83)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(1.507,79)	(18.054,15)	(31.206,14)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-	-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	-	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(149.815,78)	(217.987,16)	(64.015,58)	(170.155,66)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>1.514.614,15</b>	<b>3.190.433,51</b>	<b>1.924.563,42</b>	<b>3.836.048,65</b>
<b>Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais</b>		<b>(1.431.731,85)</b>	<b>(2.867.827,71)</b>	<b>(1.434.037,72)</b>	<b>(3.022.963,51)</b>
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	105.192,46	202.073,78	65.952,91	125.448,22
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	4.000,79	7.580,34	4.997,65	12.285,88
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(827.607,69)	(1.620.208,75)	(857.676,19)	(1.701.453,14)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(751.929,21)	(1.542.600,36)	(773.243,29)	(1.581.380,23)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(10.723,44)	(30.561,74)	(8.230,36)	(24.579,73)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	-	-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	165.823,33	324.579,74	246.388,58	404.430,62
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(84.876,94)	(179.662,73)	(102.494,27)	(224.114,67)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	-	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	24	(31.611,15)	(29.027,99)	(9.732,75)	(33.600,46)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>82.882,30</b>	<b>322.605,80</b>	<b>490.525,70</b>	<b>813.085,14</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69,70</b>	<b>180.022,93</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	-	180.000,00
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	-	-
Outras Receitas		-	-	69,70	69,70
Outras Despesas		-	-	-	(46,77)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	-	-	-
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>82.882,30</b>	<b>322.605,80</b>	<b>490.595,40</b>	<b>993.108,07</b>
Imposto de Rendas		-	(1.635,56)	-	-
Contribuição Social		-	(1.635,56)	-	-
Participações nos Resultados de Empregados	12.1	(8.377,84)	(8.377,84)	(31.562,59)	(31.562,59)
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>74.504,46</b>	<b>310.956,84</b>	<b>459.032,81</b>	<b>961.545,48</b>
<b>Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>-</b>	<b>(14.784,42)</b>	<b>-</b>	<b>(179.971,77)</b>
FATES	14.d	-	(4.928,14)	-	(164.012,46)
Reserva Legal	14.d	-	(9.856,28)	-	(15.959,31)
Outras Destinações Estatutárias		-	-	-	-
Reversões de Reservas		-	-	-	-
<b>Resultado Antes dos Juros ao Capital</b>		<b>74.504,46</b>	<b>296.172,42</b>	<b>459.032,81</b>	<b>781.573,71</b>
Juros ao Capital	16	(212.394,03)	(212.394,03)	(645.919,58)	(645.919,58)
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>(137.889,57)</b>	<b>83.778,39</b>	<b>(186.886,77)</b>	<b>135.654,13</b>
<b>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO  
COOPEMESP  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
<b>Sobras/Perdas Antes das Destinações</b>		<b>74.504,46</b>	<b>310.956,84</b>	<b>459.032,81</b>	<b>961.545,48</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Juros ao Capital Recebido		(36.517,74)	(36.517,74)	(52.045,99)	(52.045,99)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(2.489,80)	-	(43.570,49)
Participações nos Resultados de Empregados		8.377,84	8.377,84	31.562,59	31.562,59
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		149.815,78	217.987,16	64.015,58	170.155,66
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		54.104,13	81.710,01	30.760,53	60.993,63
Destinações de Sobras		-	-	-	-
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		-	-	-	-
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	-	-	-
Atualização de depósitos em garantia		-	-	-	-
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		-	-	-	-
(Ganho)/Perdas por baixas de intangível		-	-	-	-
Depreciações e Amortizações		5.526,90	13.142,64	7.973,97	16.065,94
<b>Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações</b>		<b>255.811,37</b>	<b>593.166,95</b>	<b>541.299,49</b>	<b>1.144.706,82</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		(1.770.021,20)	(3.267.807,64)	(3.254.399,36)	(4.297.701,09)
Relações Interfinanceiras		-	-	-	-
Relações Interdependências		-	-	-	-
Operações de Crédito		1.152.442,08	2.032.855,46	2.667.344,63	2.748.320,07
Outros Créditos		10.649,82	(6.282,33)	13.814,60	(47.445,88)
Outros Valores e Bens		19.007,09	23.409,32	3.076,76	236.819,59
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depósitos à Vista		(188.378,89)	162.354,87	881.171,74	446.549,24
Depósitos sob Aviso		-	-	-	-
Depósitos à Prazo		809.714,01	859.551,69	393.703,78	285.894,75
Outros Depósitos		-	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		-	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		-	-	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		-	-	-	-
Relações Interdependências		-	-	(10,00)	(10,00)
Relações Interfinanceiras		-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	(300.634,24)	(601.879,38)	300.634,24
Outras Obrigações		(693.156,03)	(216.869,79)	(1.044.729,65)	(577.339,43)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(61.563,41)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-	(156.032,81)	(156.032,81)
FATES Sobras Exercício		(4.928,14)	(4.928,14)	(7.979,65)	(7.979,65)
Imposto de Renda		-	(1.635,56)	-	-
Contribuição Social		-	(1.635,56)	-	-
Constituição de Fundos Voluntários		-	-	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>(408.859,89)</b>	<b>(128.454,97)</b>	<b>(564.619,85)</b>	<b>14.852,44</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Recebimento Dividendos		-	2.489,80	-	4.457,05
Distribuição Sobras da Central		-	-	-	39.113,44
Distribuição Sobras da Confederação		-	-	-	-
Recebimento de Juros ao Capital		36.517,74	36.517,74	52.045,99	52.045,99
Alienação de Investimento		-	-	-	-
Alienação de Imobilizações de Uso		-	-	-	-
Aquisição de Intangível		0,00	0,00	(0,00)	(0,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		0,00	(0,00)	0,00	(1.700,00)
Aquisição de investimentos		(36.517,74)	(39.008,92)	(52.045,99)	(95.617,48)
Outros Ajustes		-	-	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>0,00</b>	<b>(1,38)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.701,00)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento por Novos Aportes de Capital		798.140,78	1.559.976,61	794.924,80	1.590.911,03
Devolução de Capital à Cooperados		(420.651,10)	(1.683.077,79)	(680.091,85)	(1.983.402,49)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(704,84)	(704,84)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(134.949,29)	(128.476,34)	-	-
Juros ao Capital pago		208.922,28	208.922,28	630.944,78	630.944,78
Subscrição de Juros ao Capital		-	-	-	-
Juros ao Capital Conta Corrente		-	-	-	-
Juros ao Capital à Ex-associados		-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	(884,82)	(884,82)
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Aumento no Capital por Incorporações		-	-	-	-
Aumento nas Reservas por Incorporações		-	-	-	-
Sobras/Perdas por incorporações		-	-	-	-
Reversão de Reserva de Expansão		-	-	-	-
Aumento Aportes em Reserva Estatutária		-	-	-	-

<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>450.757,83</b>	<b>(43.360,08)</b>	<b>744.892,91</b>	<b>237.568,50</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>41.897,94</b>	<b>(171.816,43)</b>	<b>180.273,06</b>	<b>250.719,94</b>
<b>Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	78.631,05	292.345,42	112.072,36	41.625,48
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	120.528,99	120.528,99	292.345,42	292.345,42
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>41.897,94</b>	<b>(171.816,43)</b>	<b>180.273,06</b>	<b>250.719,94</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>										
Fundo de Reserva	14.d	-	-	9.856,28	-	-	-	-	(9.856,28)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	14.d	-	-	-	-	-	-	-	(4.928,14)	(4.928,14)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		16.047.024,38	(1.198,00)	-	742.784,12	-	-	-	63.778,39	16.892.388,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO  
COOPEMESP  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>		<b>(137.889,57)</b>	<b>83.778,39</b>	<b>(186.886,77)</b>	<b>135.654,13</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>(137.889,57)</b>	<b>83.778,39</b>	<b>(186.886,77)</b>	<b>135.654,13</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **25/08/1993**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **COOPEMESP**, não possui Postos de Atendimento (PAs).

O **COOPEMESP** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**



#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **f) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **h) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **j) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **m) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### **o) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### **p) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **q) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **s) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **t) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **u) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **v) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	36.398,79	39.025,45
Relações interfinanceiras - centralização financeira	84.130,20	253.319,97
<b>TOTAL</b>	<b>120.528,99</b>	<b>292.345,42</b>

#### 5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	8.333.834,28	6.076.326,05
Cotas de fundos de Investimento (b)	1.010.299,41	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.344.133,69</b>	<b>6.076.326,05</b>

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**, com remuneração de, aproximadamente R\$ 207.508,23 em 2020 e R\$ 212.019,05 em 2019.

(b) Cotas de Fundo referente a aplicações no Fundo de Investimento no SICCOB CENTRAL CECRESP com remuneração de aproximadamente de R\$10.069,95 em 2020.

#### 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	4.346.758,31	12.274.470,58	<b>16.621.228,89</b>	18.722.293,66
Financiamentos	12.285,97	9.743,73	<b>22.029,70</b>	43.587,76
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>4.359.044,28</b>	<b>12.284.214,31</b>	<b>16.643.258,59</b>	<b>18.765.881,42</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(122.516,36)	(321.114,08)	<b>(443.630,44)</b>	(315.410,65)
<b>TOTAL</b>	<b>4.236.527,92</b>	<b>11.963.100,23</b>	<b>16.199.628,15</b>	<b>18.450.470,77</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	2.093.043,59	0,00	2.093.043,59		3.200.010,32	
A	0,5%	Normal	9.379.331,92	13.267,23	9.392.599,15	(46.963,00)	11.139.802,84	(55.699,01)
B	1%	Normal	2.296.303,05	0,00	2.296.303,05	(22.963,03)	2.417.690,17	(24.176,90)
B	1%	Vencidas	34.623,98	0,00	34.623,98	(346,24)	12.341,73	(123,42)
C	3%	Normal	1.692.680,50	3.522,79	1.696.203,29	(50.886,10)	1.298.477,98	(38.954,34)
C	3%	Vencidas	539,02	0,00	539,02	(16,17)	5.891,03	(176,73)
D	10%	Normal	564.454,57	0,00	564.454,57	(56.445,46)	328.484,08	(32.848,41)
E	30%	Normal	283.298,85	2.003,34	285.302,19	(85.590,66)	203.399,32	(61.019,80)
E	30%	Vencidas	22.551,94	0,00	22.551,94	(6.765,58)	67.443,18	(20.232,95)
F	50%	Normal	140.471,15	3.236,34	143.707,49	(71.853,75)	3.764,08	(1.882,04)
F	50%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	9.622,49	(4.811,25)
G	70%	Normal	619,34	0,00	619,34	(433,54)	8.186,77	(5.730,74)
G	70%	Vencidas	39.813,89	0,00	39.813,89	(27.869,72)	3.375,63	(2.362,94)
H	100%	Normal	67.183,76	0,00	67.183,76	(67.183,76)	13.123,12	(13.123,12)
H	100%	Vencidas	6.313,33	0,00	6.313,33	(6.313,33)	54.268,68	(54.268,68)
<b>Total Normal</b>			<b>16.517.386,73</b>	<b>22.029,70</b>	<b>16.539.416,43</b>	<b>(402.319,30)</b>	<b>18.612.938,68</b>	<b>(233.434,36)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>103.842,16</b>	<b>0,00</b>	<b>103.842,16</b>	<b>(41.311,04)</b>	<b>152.942,74</b>	<b>(81.975,97)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>16.621.228,89</b>	<b>22.029,70</b>	<b>16.643.258,59</b>	<b>(443.630,34)</b>	<b>18.765.881,42</b>	<b>(315.410,33)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(441.239,26)</b>	<b>(2.391,18)</b>	<b>(443.630,44)</b>		<b>(315.410,65)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>16.179.989,63</b>	<b>19.638,52</b>	<b>16.199.628,15</b>		<b>18.450.470,77</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	1.673.194,92	2.673.563,39	12.274.470,58	16.621.228,89
Financiamentos	3.018,39	9.267,58	9.743,73	22.029,70
<b>TOTAL</b>	<b>1.676.213,31</b>	<b>2.682.830,97</b>	<b>12.284.214,31</b>	<b>16.643.258,59</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Pessoa Física	16.621.228,89	22.029,70	16.643.258,59	100%
<b>TOTAL</b>	<b>16.621.228,89</b>	<b>22.029,70</b>	<b>16.643.258,59</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(315.410,65)	(333.763,01)
Constituições	(638.542,17)	(419.889,88)
Reversões	425.984,58	257.319,05
Transferência para prejuízo	84.337,80	180.923,19
<b>TOTAL</b>	<b>(443.630,44)</b>	<b>(315.410,65)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	198.488,85	1,00%	188.497,68	1,00%
10 Maiores Devedores	1.634.526,88	10,00%	1.572.729,47	8,00%
50 Maiores Devedores	5.178.903,40	31,00%	5.141.129,79	27,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	484.466,11	345.949,99
Valor das operações transferidas no período	72.591,48	162.231,19
Valor das operações recuperadas no período	(19.195,14)	(23.715,07)
<b>TOTAL</b>	<b>537.862,45</b>	<b>484.466,11</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	2.925,31	18.196,11
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	24.855,39	28.837,17
Outras rendas a receber (b)	818,54	993,34
<b>Diversos</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais (c)	16.659,60	4.298,69
Devedores por depósitos em garantia	600,00	600,00
Impostos e contribuições a compensar (d)	83.783,61	79.027,74
Pagamentos a ressarcir	14,21	14,21
Devedores diversos - país	-	2.435,28
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>		
(-) Com características de concessão de crédito	(1.528,79)	(12.557,00)
<b>TOTAL</b>	<b>128.127,87</b>	<b>121.845,54</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$23.053,07), rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 2.620,86)

(c) Saldo em adiantamentos e antecipações salariais refere-se à Adiantamento de pagamento de férias de funcionários

(d) Em Imposto e contribuições a compensar refere-se substancialmente aos valores pagos de IRPJ (R\$ 43.973,48) e valores pagos de CSLL (R\$ 28.198,97). Esses valores serão transferidos para Valores a Restituir – PERDCOMP, após a entrega da ECF e realização dos pedidos de restituição. E R\$11.611,16 refere-se a outros Impostos a Compensar

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E   30%   Normal	0,00	0,00	0,00	1.467,82	(440,35)

E	30%	Vencidas	1.995,03	1.995,03	(598,51)	4.852,72	(1455,82)
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	2.429,49	(1214,75)
H	100%	Vencidas	930,28	930,28	(930,28)	9.446,08	(9446,08)
<b>Total Normal</b>			0,00	0,00	0,00	3.897,31	3.897,31
<b>Total Vencidos</b>			2.925,31	2.925,31	(1.528,79)	14.298,80	14.298,80
<b>Total Geral</b>			2.925,31	2.925,31	(1.528,79)	18.196,11	18.196,11
<b>Provisões</b>			(1.528,79)	(1.528,79)		25.113,98	
<b>Total Líquido</b>			1.396,52	1.396,52		5.639,12	

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Despesas Antecipadas (a)	11.781,74	35.191,06
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>35.191,06</b>

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale refeição e alimentação dos funcionários.

## 9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.360.672,32	1.324.154,58
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	27.456,02	24.964,84
<b>TOTAL</b>	<b>1.388.128,34</b>	<b>1.349.119,42</b>

(a) O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do BANCOOB.

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	68.411,00	68.411,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(68.411,00)	(68.411,00)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	110.347,45	110.347,45
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(102.091,61)	(95.504,29)
Sistema de Comunicação	20%	1.094,70	1.094,70
Sistema de Processamento de Dados	20%	105.408,72	105.408,72
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(97.574,08)	(91.751,12)
<b>TOTAL</b>		<b>17.185,18</b>	<b>29.595,46</b>

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	2.313.632,21		2.151.277,34	
Depósito a Prazo	7.360.129,84	0,16	6.500.578,15	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>9.673.762,05</b>		<b>8.651.855,49</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	414.428,50	4,00%	375.695,41	4,00%
10 Maiores Depositantes	3.290.312,49	35,00%	2.911.460,49	34,00%
50 Maiores Depositantes	7.504.594,11	79,00%	6.380.710,64	75,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(64.420,20)	(173.162,55)	(163.403,18)	(339.876,87)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(6.958,55)	(13.431,78)	(5.619,15)	(11.323,96)
<b>TOTAL</b>	<b>(71.378,75)</b>	<b>(186.594,33)</b>	<b>(169.022,33)</b>	<b>(351.200,83)</b>

## 12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	22,70	41,51
Sociais e Estatutárias	350.010,63	275.393,14
Fiscais Correntes e Diferidas	55.850,38	55.070,84
Diversas	238.813,42	231.875,46
<b>TOTAL</b>	<b>644.697,13</b>	<b>562.380,95</b>

### 12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Lucros (a)	8.377,84	31.562,59
Resultado de Atos com Associados (b)	8.296,88	55.791,43
Resultado de Atos com não Associados	151.062,01	156.032,81
Cotas de Capital a Pagar (c)	182.273,90	32.006,31
<b>TOTAL</b>	<b>350.010,63</b>	<b>275.393,14</b>

(a) Refere-se a provisão de pagamento de participação nos lucros dos colaboradores.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional

e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.225,19	1.586,65
Impostos e Contribuições sobre Salários	50.907,23	51.121,91
Outros	3.717,96	2.362,28
<b>TOTAL</b>	<b>55.880,38</b>	<b>55.070,84</b>

## 12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	11.663,80	48,48
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	129.630,59	158.858,44
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	74.785,57	45.782,37
Credores Diversos – País (d)	22.733,46	27.186,17
<b>TOTAL</b>	<b>238.813,42</b>	<b>231.875,46</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de fornecedores R\$ 11.633,80

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 83.550,03 e outras despesas administrativas R\$ 46.080,56

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Credores Diversos País está assim composto: Pendências a regularizar R\$22.733,46.

## 13. Instrumentos financeiros

O **COOPEMESP** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### 14. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	16.065.826,38	15.973.532,33
Associados	1.304	1.389

##### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

##### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/08/2020, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras da seguinte forma: 33% pelo saldo médio em conta corrente, 33% pelo saldo médio em aplicação RDC e 34% saldo médio utilização operações de crédito referente a sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 135.654,13.

##### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	98.562,81	315.625,90
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	156.032,81
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	98.562,81	159.693,09
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	9.856,28	15.959,31
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	4.928,14	7.979,65
Sobra à disposição da Assembleia Geral	83.778,39	135.654,13

#### 15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
-----------	------	------



Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício (antes das destinações)	98.562,81	315.625,90
Resultado de Atos COM ASSOCIADOS	(81.739,39)	(129.634,02)
Outras deduções - Conforme RES. 129/16 e RES. 145/16	(35.435,65)	(29.959,07)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(18.612,23)	156.032,81

## 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no total de R\$ 212.394,03 visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

## 17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	3.744,56	4.320,74	1.006,75	1.947,75
Rendas De Empréstimos	1.588.374,08	3.303.494,37	1.989.816,04	4.064.023,64
Rendas De Financiamentos	695,14	1.775,95	3.720,30	7.445,70
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	54.973,70	69.124,09	44.740,15	85.049,38
<b>TOTAL</b>	<b>1.647.787,48</b>	<b>3.378.715,15</b>	<b>2.039.283,24</b>	<b>4.158.466,47</b>

## 18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(71.378,75)	(186.594,33)	(169.022,33)	(351.200,83)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	0,00	(1.507,79)	(18.054,15)	(31.206,14)
Provisões para Operações de Crédito	(305.655,51)	(500.561,85)	(130.870,13)	(299.481,60)
Provisões para Outros Crédito	(1.227,23)	(7.301,26)	(12.557,00)	(13.224,53)
Reversões de Operações de Crédito de Liquidação duvidosa	155.736,38	288.004,26	78.744,02	136.088,10
Reversões de Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1.330,58	1.871,69	667,53	6.462,37
<b>TOTAL</b>	<b>-221.194,53</b>	<b>-406.089,28</b>	<b>-251.092,06</b>	<b>-552.562,63</b>

## 19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	4.224,18	8.293,54	4.579,79	9.113,55
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	100.968,28	193.780,24	61.373,12	116.334,67
<b>Total</b>	<b>105.192,46</b>	<b>202.073,78</b>	<b>65.952,91</b>	<b>125.448,22</b>

## 20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	116,00	208,00	240,00	404,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.884,79	7.372,34	4.757,65	11.881,88

<b>TOTAL</b>	<b>4.000,79</b>	<b>7.580,34</b>	<b>4.997,65</b>	<b>12.285,88</b>
--------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------

## 21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(12.670,20)	(25.340,40)	(13.374,10)	(26.044,30)
Despesas de Honorários- Diretoria e Conselho de Administração	(192.936,79)	(383.906,77)	(196.773,01)	(379.906,57)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(156.038,27)	(312.250,11)	(161.902,52)	(352.817,56)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(151.675,21)	(290.851,06)	(154.880,49)	(301.472,65)
Despesas de Pessoal - Proventos	(313.787,22)	(607.360,41)	(330.746,07)	(641.212,06)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(500,00)	(500,00)	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(827.607,69)</b>	<b>(1.620.208,75)</b>	<b>(857.676,19)</b>	<b>(1.701.453,14)</b>

## 22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(5.262,50)	(11.048,00)	(5.319,15)	(10.814,03)
Despesas de Aluguéis	(59.892,30)	(126.212,86)	(63.251,50)	(126.413,54)
Despesas de Comunicações	(29.570,90)	(60.063,18)	(31.831,81)	(63.606,60)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(53,98)	(310,98)	0,00	(40,00)
Despesas de Material	(237,90)	(525,22)	(1.628,50)	(5.636,26)
Despesas de Processamento de Dados	(27.725,90)	(66.137,73)	(43.771,81)	(82.725,27)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	0,00	0,00	0,00	(1.076,80)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(19.350,00)	(38.652,75)	(18.947,24)	(29.747,76)
Despesas de Seguros	(4.903,71)	(16.777,56)	(4.700,85)	(9.913,56)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(75.336,39)	(165.342,45)	(91.268,03)	(194.189,91)
Despesas de Serviços de Terceiros	(16.165,70)	(36.007,55)	(23.268,51)	(67.013,29)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.988,18)	(4.402,57)	(2.331,90)	(4.622,00)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(57.319,56)	(115.467,91)	(57.245,51)	(114.290,70)
Despesas de Transporte	(280,87)	(1.051,97)	(621,81)	(1.698,50)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	0,00	0,00	0,00	(2.500,00)
Despesas de Amortização	(366,18)	(732,36)	(366,18)	(732,36)
Despesas de Depreciação	(5.160,72)	(12.410,28)	(7.607,79)	(15.333,58)
Outras Despesas Administrativas	(257.069,86)	(495.139,61)	(256.168,56)	(490.665,81)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	(0,60)	0,00	0,00
Contribuição a OCE	(16.738,31)	(33.476,63)	0,00	(29.704,89)
Rateio de despesas da Central	(141.543,18)	(286.440,85)	(131.894,49)	(270.643,41)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(32.963,07)	(72.399,30)	(33.019,65)	(60.011,96)
<b>TOTAL</b>	<b>(751.929,21)</b>	<b>(1.542.600,36)</b>	<b>(773.243,29)</b>	<b>(1.581.380,23)</b>

## 23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	27.780,24	64.798,55	50.658,66	64.654,31
Dividendos	0,00	2.489,80	0,00	4.457,05
Deduções e abatimentos	0,00	3.347,66	0,00	0,00
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00	0,00	39.113,44
Outras rendas operacionais	47.262,58	53.002,62	57.727,98	63.692,42
Rendas oriundas de cartões de crédito	90.780,51	200.941,11	138.001,94	232.513,40
<b>TOTAL</b>	<b>165.823,33</b>	<b>324.579,74</b>	<b>246.388,58</b>	<b>404.430,62</b>

## 24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(84.876,94)	(179.662,69)	(102.466,27)	(224.086,67)
Despesas de Provisões Passivas – Garantias Prestadas	(54.104,13)	(81.710,01)	(30.760,53)	(60.993,63)

Reversão Provisão Garantias Prestadas	22.492,98	52.682,02	21.027,78	27.393,17
<b>TOTAL</b>	<b>(116.488,09)</b>	<b>(208.690,68)</b>	<b>(112.199,02)</b>	<b>(257.687,13)</b>

## 25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	-	180.000,00
Ganhos de Capital	-	-	69,70	69,70
(-) Perdas de Capital	-	-	-	(46,77)
<b>Resultado Líquido</b>	-	-	<b>69,70</b>	<b>180.022,93</b>

## 26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	511.611,35	2,3424%	2.734,81
<b>TOTAL</b>	<b>511.611,35</b>	<b>2,3424%</b>	<b>2.734,81</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	171.000,00	4,6951%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.262,91	85,70	0,8928%
Empréstimos	309.782,64	2.598,61	1,9189%
Financiamentos	3.806,73	19,03	17,2800%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	54.137,91	2,3740%	0%
Depósitos a Prazo	154.589,01	2,1004%	0,1566%

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,3929%	49,3841%
Financiamentos Rurais - repasses	0,6000%	24,6000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,0441%	166,6450%

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,1906%
Aplicações Financeiras	4,6951%

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Gestão Coobrigação	65.831,94	10.086,00

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários Conselho Fiscal	(12.670,20)	(25.340,40)	(13.374,10)	(26.044,30)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(192.936,79)	(383.906,77)	(187.154,58)	(370.288,14)
Encargos Sociais	(46.292,16)	(92.033,56)	(47.507,03)	(91.054,24)

## 27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **COOPEMESP** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

## 28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

### **28.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **28.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **28.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

#### **28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

#### **28.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

#### **29. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### **30. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
------------------	-------------	-------------

Patrimônio de referência	15.566.830,79	15.660.333,88
--------------------------	---------------	---------------

**SÃO PAULO-SP**

**MARISTELA LOURENCAO DUARTE A. BARROS**

**DIRETORA PRESIDENTE**

**VERONICA C BUENO RONCATO**

**CONTADOR 1SP293772/O-3**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## (Em reais)

Prezados Senhores,  
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO, na forma da legislação em vigor.

### 1. Política operacional

Em 2020 o SICOOB COOPMESP completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOPMESP obteve um resultado **positivo** de R\$ 98.562,81, antes das destinações, representando um retorno anual de 0,58% sobre o patrimônio líquido.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 84.130,20. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 16.199.628,15. A Carteira de crédito encontrava assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	16.199.628,15	100,00 %
--------------------	-----	---------------	----------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 17,09% da carteira, no montante de R\$ 2.767.976,71

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 9.673.762,05, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 11,81%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	2.313.632,21	24%
Depósitos a prazo	R\$	7.360.129,84	76%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 52,38% da captação, no montante de R\$ 5.066.952,17

### 5. Patrimônio de referência

No exercício de 2020, o patrimônio de referência do SICOOB COOPMESP é de R\$ 15.566.830,79. O quadro de cooperados era de 1.304 havendo uma diminuição de 6,22% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPMESP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,76% nos níveis de "AA" a "C".

### 7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 8. Conselho fiscal

Eleito a cada 3 anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 9. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPMESP aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 10. Código de ética

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB registrou 20 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.



Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 20 reclamações, 07 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.  
São Paulo, 05 de Fevereiro de 2021.

**Conselho de Administração**

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL – 2020**

O Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO – SICOOB COOPEMESP**, pelos seus membros representantes, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificações realizadas no decorrer do exercício de 2020, para os fins previstos no artigo 83 e incisos do Estatuto Social e, após examinar Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como da Demonstração de “SOBRAS OU PERDAS”, constatou-se que:

- 1) Quanto aos aspectos fiscais e contábeis, os indicadores de desempenho (apêndice 1 deste parecer) encontram-se dentro dos parâmetros, porém o exercício de 2020 apresentou resultados abaixo de 2019. Diante do contexto econômico geral provocado pela pandemia da COVID-19, foi um bom resultado apesar da queda em relação ao exercício anterior. Com relação às contas do imobilizado foi sugerido no item 4 deste parecer alguns aprimoramentos.
- 2) A cooperativa não tem questões financeiras a resolver com as autoridades do Cooperativismo;
- 3) O saldo do dinheiro em caixa foi conferido por este Conselho até o mês de março/2020, com auxílio da Tesouraria, e constatado que sempre esteve em conformidade com o saldo apontado no controle de caixa. Porém, em virtude do distanciamento social imposto para o combate da calamidade pública decretada por causa da pandemia COVID-19, a partir de abril de 2020 não foi possível conferir o numerário em virtude das realizações das reuniões por meio de videoconferência;
- 4) Os valores utilizados pela Cooperativa através do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, foram analisados e aprovados por este Conselho em virtude de estarem devidamente documentados. E das análises realizadas, este Conselho sugeriu medidas de aperfeiçoamento quanto à assistência social, técnica e educacional, que foram contemplados na atualização da Política do FATES em setembro/2020. Sugere-se aprimoramento nos procedimentos de aquisições de equipamentos, mobiliário, softwares relacionados à contabilização do ativo imobilizado.
- 5) Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas ou aprovadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Crédito ou Conselho de Administração e na oportunidade, foram sugeridas medidas de aperfeiçoamento da Política de Crédito com base em política de risco e de relatórios de auditoria externa e controle de riscos do SICOOB Central Cecresp, culminando entre outros aspectos, atualização na política de crédito por CONAD/DEXEC no ano de 2020;
- 6) Os créditos em atraso, estão sendo cobrados corretamente;
- 7) O relatório da auditoria realizada pelo Grupo Maciel, de 11 de março de 2021, não constam pendências;
- 8) Os apontamentos realizados pela auditoria de controles internos do SICOOB Central Cecresp foram respondidos e tomadas as devidas providências para regularização.
- 9) Este Conselho solicitou o Plano de metas ao CONAD e constatou-se que há necessidade de formalização deste documento de Governança além de outros, constantes nos incisos I, III e V do art. 10 do Regimento Interno da Cooperativa. Este conselho recebeu a informação da Diretoria Administrativa de que tais documentos estão sendo formalizados pela Administração da Cooperativa.

Várias questões de ordem administrativa e fiscal foram tratadas por nós juntamente com a Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Gerência) e conforme o caso, foram tomadas as devidas providências recomendadas para a melhor solução ou implantação de melhorias nos procedimentos administrativos.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação, com a necessidade de atenção quanto aos itens 01, 04 e 09, dos atos da Administração, do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado de Sobras ou Perdas do exercício findo de 2020 pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

São Paulo, 24 de março de 2021.

Paulo Ricardo Souza da Silva  
Conselheiro efetivo – Coordenador

Ronaldo Tadashi Yonamini  
Conselheiro Efetivo

Suzana Mayumi Iha Chardulo  
Conselheira Efetiva - Secretária

## Apêndice 1 do parecer COFIS referente ao exercício de 2020 da SICOOPCOOPPEMESP

### Os Índices de Liquidez

Muito importantes para administradores, gestores, investidores, analistas de mercado, fornecedores, bancos, dentre outros interessados, os Índices de Liquidez são ferramentas que viabilizam a avaliação da capacidade de pagamento das empresas frente às suas obrigações.

Liquidez Corrente = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var</b>
	1,23	1,34	9%

Liquidez Geral = $\frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var</b>
	2,62	2,50	-5%

### MARGEM LÍQUIDA (ML)

Também deriva da análise de balanço o indicador de [Margem Líquida](#) (ML). Numa análise financeira esse indicador é útil para expressar a relação entre o lucro líquido da empresa e a sua receita líquida de vendas. A Margem Líquida define a porcentagem de cada R\$ 1,00 de vendas que restou após a dedução de todos os custos e de todas as despesas, inclusive a do [imposto de renda](#), e seu cálculo se dá pela aplicação da seguinte fórmula

ML = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var</b>
	0,03	0,02	-25%

### RETORNO SOBRE OS ATIVOS (ROA)

A função do ROA, que é mais um indicador extremamente importante na análise financeiras das empresas, é mensurar quanto uma empresa obteve de lucro líquido em relação à totalidade de seus investimentos, ou seja, demonstrar qual seu potencial de geração de lucros. A fórmula do [ROA](#), que é um dos mais importantes indicadores financeiros, é a seguinte:

ROA = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Total do Ativo}} \times 100$	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Var</b>
	0,51	0,31	-40%

### RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO (ROI)

O ROI é um dos mais consagrados indicadores financeiros. Do inglês *Return on Investment*, o ROI tem o objetivo de traçar uma relação entre os ganhos gerados pelo investimento e o montante total investido. Para determinação desse indicador utiliza-se a seguinte equação:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Investimento}}$$

	2019	2020	Var
	0,10	0,06	-40%

### RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

Dos indicadores financeiros, possivelmente o principal indicador de rentabilidade utilizado por analistas de mercado é o ROE (*Return On Equity*), visa medir a taxa de retorno promovida pelo investimento de captação direta dos acionistas, ou seja, esse indicador evidenciará para o investidor quanto a empresa gerou de retorno em face ao que ela captou de seus próprios acionistas. Assim é a fórmula do ROE

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

	2019	2020	Var
	0,81	0,50	-38%

### RESULTADO LÍQUIDO POR ASSOCIADOS

O valor do resultado dividido pelo número de associados

$$\text{RA} = \frac{\text{Resultado liq}}{\text{nº associados}}$$

RA	2019	2020	Var
	97,66	64,25	-34%
Nº ASSOCIADOS	1.389	1.304	-6%

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos Associados da

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO - COOPEMESP, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### **Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2, que às demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que consideram o balanço patrimonial apresentados por ordem de liquidez e exigibilidade e comparado com período corrente imediatamente anterior, bem como a publicação obrigatória da demonstração do resultado abrangente e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período, conforme previsto na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 2/20 do Banco Central do Brasil (BACEN). Adicionalmente para fins de comparação e adaptação ao COSIF, plano de contas do Banco Central do Brasil, e as novas diretrizes contábeis, as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019 sofreram reclassificações, porém sem efeito no resultado apurado naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

### **Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19**

Chamamos a atenção à nota explicativa 2.2, de que a administração da Cooperativa avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso



conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da Cooperativa, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVERIA  
Contador 1 CRC RS – 71.505/0-3  
Sócio Responsável Técnico





MANUJTA